



Leilão de Energia e Usinas Termelétricas¹

Nivalde de Castro²

André Alves³

Diogo Salles⁴

No Brasil, a expansão da capacidade produtiva de novas plantas de geração de energia elétrica é realizada, prioritariamente, através de leilões. O procedimento pode ser resumido da seguinte forma: com base em estudos da Empresa de Planejamento Energético (EPE), consolidando, em grande parte, a estimativa de crescimento da demanda das distribuidoras para quatro e seis anos à frente, são definidas as condições dos Leilões A-4 e A-6, respectivamente. O volume a ser contratado é uma informação sigilosa.

No edital, importante instrumento de política energética, são indicados dois parâmetros centrais: quais fontes serão contratadas e quais os preços-teto por MW de capacidade instalada para cada tipo de fonte. Empresas de diferentes tipos e tamanhos submetem seus projetos a um processo de qualificação. Os projetos aprovados são formalmente cadastrados e os dados consolidados são, então, divulgados pela EPE.

Próximo da realização do leilão, são solicitadas garantias financeiras e, em seguida, em local físico, com a presença de representantes do Ministério de Minas e Energia (MME), da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) e da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), o certame é realizado. Vencem os projetos que oferecem os menores valores por MW em relação ao preço-teto.

Os projetos vencedores firmam contratos de longo prazo com as distribuidoras de energia elétrica, os quais são oferecidos como garantia para linhas de financiamento de diferentes fontes, destacando-se o BNDES e as debêntures incentivadas.

Dado que o modelo de expansão do Setor Elétrico Brasileiro ganhou maturidade e confiança dos investidores, pela sua consistência econômica e fundamentação regulatória, a oferta de projetos tem crescido em taxas exponenciais. Esta realidade reflete a consolidação das cadeias produtivas das indústrias eólica,

¹ O artigo foi publicado pelo serviço de informação Broadcast da Agência Estado de São Paulo em 17 de julho de 2019.

² Professor do Instituto de Economia da UFRJ e coordenador do GESEL- Grupo de Estudos do Setor Elétrico.

³ Pesquisador do GESEL-UFRJ e doutorando de Economia na UFF.

⁴ Pesquisador do GESEL-UFRJ.

solar e termelétricas. Em contrapartida, as restrições ambientais reduziram, sobremaneira, os projetos hidrelétricos.

Pelo lado da demanda, o volume de contratação, ou seja, de novos projetos, é uma variável dependente da dinâmica econômica. Como o Brasil vem enfrentando uma das mais profundas crises econômicas, o consumo de energia elétrica tem sido muito baixo, aquém das estimativas pretéritas, gerando capacidade ociosa, o que impacta e reduz as novas contratações via leilões. Outra variável que está reduzindo a contratação é o processo de liberalização do mercado de energia, a favor dos contratos com consumidores livres, que ficam fora dos leilões.

Em suma, por um lado, o modelo é robusto e os investidores estão motivados para novos projetos. Por outro, a demanda é muito baixa em função da crise e da política a favor dos consumidores livres.

Este cenário analítico da oferta pode ser constatado em relação ao próximo Leilão A-6, a ser realizado dia 17 de outubro, que contratará novas plantas para operarem somente em 2025. Os dados referentes a este leilão são surpreendentes, considerando que foram cadastrados 100 GW, quando o total brasileiro é de um pouco mais de 160 GW de capacidade. Ou seja, neste único leilão, todos os projetos representam mais de 60% de toda a capacidade instalada ao longo da existência do Setor Elétrico Brasileiro.

Neste total de 100 GW, destacam-se os 52 projetos de térmicas a gás natural, com 41,7 GW de capacidade instalada, valor equivalente à capacidade produtiva de todas as fontes térmicas existentes em 2017, segundo o anuário da EPE, de 2018.

As causas centrais que explicam estes números são, basicamente, as seguintes. Primeiro, a consistência do modelo e os ajustes que foram feitos nos editais, notadamente em relação ao nível de inflexibilidade. Destaca-se que o seu aumento viabiliza contratos de fornecimento de gás a preços menores, em razão do maior volume de compra.

Segundo, a perspectiva de metamorfose do mercado de gás natural, reduzindo significativamente o poder de mercado da Petrobras. Neste sentido, associado à liberalização de mercado, há perspectivas concretas de aumento da produção de gás proveniente do pré-sal.

Terceiro, a exigência de novas termelétricas para dar mais segurança ao suprimento de energia elétrica, frente à intermitência das fontes eólica e solar e à sazonalidade da geração hidrelétrica.

E, por fim, o Brasil está aproveitando o processo de transição energética do carvão para o gás natural, vinculado ao esforço de descarbonização. Com isto, os grandes *players* produtores de equipamentos podem ofertar mais produtos e serviços a preços mais competitivos.